



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2022
(Processo Administrativo nº 23479.012678/2022 - 38)

Torna-se público que a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa (UASG 158718), por meio da Divisão de compras e Serviços - DICS, sediada na Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68507-590, Marabá-PA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 05/08/2022

Horário: 09:00 horas (horário oficial de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de bens de natureza permanente para compor a infraestrutura do laboratório multiuso e laboratório de projetos interdisciplinares do Instituto de Estudos do Xingu, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará IEX/UNIFESSPA, visando atender a demanda de aulas práticas laboratoriais em conformidade com os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Engenharia Floresta, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 154832

Fonte: 8188

Programa de Trabalho: 205948

Elemento de Despesa: 449052

PI: MSS25G1560N



3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.2. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;
- 4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor unitário do item;
 - 6.1.2. Marca;
 - 6.1.3. Fabricante;
 - 6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:
- 7.26.1. no país;
 - 7.26.2. por empresas brasileiras;
 - 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-
- 8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.11. **Habilitação jurídica:**
- 9.11.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 9.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - 9.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
 - 9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
 - 9.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.12. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - 9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



9.13. Qualificação Técnica:

9.13.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.14.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por órgão público da Administração direta ou indireta ou empresa privada, que comprovem o fornecimento dos materiais objeto desta licitação.

9.13.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não manter a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



- 21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@unifesspa.edu.br, ou por petição dirigida ao Pregoeiro, Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROAD, protocolada no Protocolo Central da Unifesspa, no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507- 590, Marabá-PA.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e <https://proad.unifesspa.edu.br/licitacoes.html>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROAD – Prédio da Reitoria, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

23.12.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

23.12.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato.

23.12.3. ANEXO III – Modelo Proposta de Preço



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



23.12.4. ANEXO IV – Modelo de Autorização de Fornecimento

Marabá - PA, 04 de julho de 2022

Ernane Rodrigues Freire
SIAPE:1268296
DICS/DCO/PROAD



**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**
(Processo Administrativo nº 23479.012678/2022-38)

1. DO OBJETO


1.1 Aquisição de bens de natureza permanente para compor a infraestrutura do laboratório multiuso e laboratório de projetos interdisciplinares do Instituto de Estudos do Xingu, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará IEX/UNIFESSPA, visando atender a demanda de aulas práticas laboratoriais em conformidade com os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Engenharia Florestal.

ITEM	DENOMINAÇÃO DO ITEM	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
1	BOMBA Á VÁCUO	60461	1	UNIDADE	2.817,30	2.817,30
2	CAPELA DE FLUXO LAMINAR	403759	1	UNIDADE	8.288,36	8.288,36
3	CLINÔMETRO	25577	3	UNIDADE	2.369,00	7.107,00
4	ESPECTROFOTÔMETRO	253722	1	UNIDADE	14.233,98	14.233,98
5	GPS ESPORTIVO PORTÁTI	462187	4	UNIDADE	2.030,00	8.120,00
6	MEDIDOR DE CASCA DE ÁRVORES	151048	1	UNIDADE	1.213,42	1.213,42
7	MOTOPODADOR	468666	1	UNIDADE	2.828,30	2.828,30
8	MOTOSERRA	468600	1	UNIDADE	2.365,95	2.365,95
9	PAQUÍMETRO DIGITAL	455991	4	UNIDADE	108,47	433,88
10	PERFURADOR DE SOLO	448269	1	UNIDADE	2.107,09	2.107,09
11	PULVERIZADOR COSTAL	263849	1	UNIDADE	1.632,96	1.632,96
12	SUTA MECÂNICA	150135	3	UNIDADE	1.603,10	4.809,30
13	TRADO HOLÂNDES	150246	2	UNIDADE	1.195,01	2.390,02
14	ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	150938	1	UNIDADE	6.959,58	6.959,58
15	CHAPA AQUECEDORA	440324	2	UNIDADE	1.558,15	3.116,30
16	TRITURADOR FORRAGEIO	271735	1	UNIDADE	2.069,12	2.069,12
17	SONDA MULTIPARÂMETRO	413573	2	UNIDADE	3.356,67	6.713,34
18	MODELO ANATÔMICO-TORSO BISSEXUAL	480845	2	UNIDADE	1.845,98	3.691,96
19	MODELO ANATÔMICO-ESQUELETO HUMANO	449571	2	UNIDADE	2.103,09	4.206,18
20	MODELO ANATÔMICO - PÉLVICO FEMININO	472259	2	UNIDADE	876,00	1.752,00
VALOR TOTAL DESTA CONTRATAÇÃO						86.856,04

1.2 Descrição detalhada dos itens:



ITEM 01	IMAGEM ILUSTRATIVA
BOMBA Á VÁCUO	
<p>Bomba de Vácuo e Ar Comprimido 695mmhg 38lts/Min Ref 131 Tipo 2 V.C Bivolt. Deslocamento de ar: 1,3pés 3/min.=38lts/min.=2,03 m3/h. Vácuo final: 27,8 polegadas ou 695 mmhg (a nível do mar). Pressão de ar por polegadas: 15 libras contínuas - 20 libras momentâneas. Pressão Máxima: 20/25 PSI. Motor monofásico AC: 1/4 - 4 polo - 110/220 volts - 60 / Hz.(chave seletora). Utilização em processos de filtração. A bomba será utilizada em diversos procedimentos de filtração, de forma a separar a fase sólida (retida em filtros) da líquida. Algumas das análises em que é necessária uma bomba são: Sólidos Suspensos Totais e Clorofila. Será empregada em diversas disciplinas, especialmente em Monitoramento e Controle Ambiental, Ecologia, Química Geral, Química Orgânica, Bioquímica, Pedologia, dentre outras.</p>	


ITEM 02	IMAGEM ILUSTRATIVA
CAPELA FLUXO LAMINAR	



Capela fluxo laminar, material base: aço inoxidável. Equipamento para trabalhos Classe 100 conforme ABNT – NBR 13.700, ABNT – NBR 15.767, ISO CLASSE 5 conforme norma internacional ISO 14.644-1


Construída em MDF ULTRA ANTIBACTERICIDA revestida a área de trabalho toda em aço inox AISI 304 e lateral, tampo e fundo formato interno que facilita a limpeza de forma simples e eficaz. Vidro temperado frontal tipo “guilhotina” (up e down), permitindo parar em qualquer posição, com inclinação de 90° Caixa de filtragem construída em Aço Inox 304 evitando assim proliferação de fungos e bactérias. Classificação de filtragem Filtro HEPA -NBR-6401, H14 (99.995 % de eficiência – e retenção de partículas de 0,3 micron); Lâmpada UV para esterilização; Iluminação em led 15w; Tomada dupla de 220v – interna; Válvula para gás ou vácuo; Três interruptores individuais (motor, lâmpada UV, ILUMINAÇÃO DE LED) | Dispositivo de segurança que só permite o acionamento da lâmpada UV com vidro fechado.

Esse equipamento é utilizado dentro dos laboratórios para promover a recirculação de 100% do ar, criando áreas de trabalho estéreis para o manuseio de materiais biológicos que não podem sofrer contaminação do meio externo, garantindo a proteção das amostras manipuladas. Os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal utilizarão tanto em ensino quanto em pesquisa. As disciplinas Ecofisiologia Vegetal, Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Pedologia Química, Microbiologia, Fitopatologia, Nematologia, Entomologia.entre outras.


ITEM 03	IMAGEM ILUSTRATIVA
CLINÔMETRO	
<p>Instrumento eletrônico de medição de inclinações e alturas de aproximadamente 20x63x44 mm, peso aproximadamente 50 g, exibição LCE, retroiluminado. A partir de uma distância previamente medida manualmente e dois ângulos medidos pelo clinômetro, ele calcula e apresenta a altura do objeto diretamente no visor. Possui botões + e – em forma de flechas para informar a distância para o aparelho. O Clinômetro é um instrumento usado para medir o ângulo entre um plano inclinado e o plano horizontal ou entre uma linha inclinada e o plano horizontal. É usado para nas disciplinas de biometria do curso de Engenharia Florestal para medições de alturas e ângulos. Medidas essenciais para as práticas de disciplinas na área de mensuração florestal, Topografia e Ecologia: Dendrometria; Inventário; Manejo de Nativa; Manejo de Plantada; Silvicultura, Sistemas agroflorestais; Silvicultura urbana e paisagismo; Recuperação de Ecossistemas degradados; Ecologia de Florestas Tropicais</p>	



ITEM 04	IMAGEM ILUSTRATIVA
ESPECTROFOTÔMETRO	
<p>Espectrofotômetro, tipo: digital, tensão: 110/220 v, faixa medição: 320 a 1000 nm de comprimento de onda nm, banda de passagem: 10 nm, grade de difração: 1200 linhas/mm, aplicação: análise química, características adicionais: zero automático/fator colorimétrico.</p> <p>É um aparelho amplamente usado em laboratórios, cuja função principal é medir comparar a quantidade de luz (energia radiante) absorvida por uma determinada solução e dessa forma quantificar a concentração de determinadas substâncias orgânicas inorgânicas em solução. Pode usado para quantificação íons como fosfato, sulfato, nitrato, metais pesados, carotenoides, clorofila, corantes em solos, plantas, água. É indispensável para disciplinas de Pedologia, Fertilidade do Solo, Nutrição Mineral de Plantas, Química, Bioquímica, Fisiologia Vegetal, Ecofisiologia Vegetal Microbiologia, Biologia Molecular Fitopatologia Florestal contém conteúdo teóricos e práticos para utilização do equipamento, comum aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.</p>	

ITEM 05	IMAGEM ILUSTRATIVA
GPS ESPORTIVO PORTÁTIL	
<p>Receptor de GPS. Características adicionais: Altímetro, barômetro, conexão USB, bússola eletrônica, entrada para cartão micro SD, permite carregar mapas adicionais. Aplicação: equipamento de orientação, determina posição de forma precisa, identifica pressão barométrica. Dimensões aproximadas de 3,05x6,6x15,24 cm; peso aproximado 0,22 kg; tamanho da tela 2.6 polegadas. Alimentação por baterias AA. Uso para marcação de parcelas e matrizes; Mapeamento e Topografia nas disciplinas de Inventário Florestal; Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; Geotecnologias aplicadas ao Manejo Florestal; Silvicultura; Tecnologia e Produção de Sementes; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Recuperação de Ecossistemas Degradados; Ecologia de Florestas Tropicais; Pedologia, Fertilidade, Nutrição Mineral de plantas.</p>	




ITEM 06	IMAGEM ILUSTRATIVA
MEDIDOR DE CASCA DE ÁRVORES	
<p>Eixo com um ponto afiado para ser empurrado através da casca da árvore para mensuração de sua espessura. A luva em torno do eixo é deslocada à superfície e a espessura da amostra da casca pode ser lida do eixo calibrado. O calibre é de alumínio com um botão/punho plástico, e graduação em milímetro ou polegada. Determina espessuras entre 0-50 mm.</p> <p>Usado na medição da espessura de casca de árvore nas práticas das disciplinas de Dendrometria; Inventário; Manejo de Nativa; Manejo de Plantada e; Silvicultura.</p>	


ITEM 07	IMAGEM ILUSTRATIVA
MOTOPODADOR	
<p>Podador, sistema corte: sabre e corrente, tipo motor: à combustão interna, potência motor:1,3 cv, cilindrada motor:36,3 cc, tipo combustível: gasolina, eixo destacável, aplicação: árvores.</p> <p>Equipamento utilizado para podar galhos, realizar desramas em árvores e colher produtos florestais. Utilizado nas disciplinas de Mecanização Florestal; Colheita e Transporte Florestal; Tecnologia da Madeira; Silvicultura; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Estrutura de Madeira e Construções Rurais; Manejo e Quantificação de Produtos Florestais Não Madeireiros; Manejo Florestal; Manejo Florestal Comunitário; Manejo de Florestas Nativas; Cadeia Produtiva de Palmáceas, bem como nas atividades de pesquisa e extensão.</p>	



ITEM 08	IMAGEM ILUSTRATIVA
MOTOSERRA	
<p>Motoserra industrial, potência: 3,5 hp, combustível motor: gasolina, capacidade tanque combustível: 0,460 l, cilindrada motor: 50.2 cc</p> <p>Serra portátil que funciona acionada por um motor a combustão interna, sabre e corrente. Utilizado para a poda ou corte de árvores, e também no processamento de madeiras em geral. Utilizado nas disciplinas de Mecanização Florestal; Colheita e Transporte Florestal; Tecnologia da Madeira; Silvicultura; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Estrutura de Madeira e Construções Rurais; Manejo Florestal; Manejo Florestal Comunitário; Manejo de Florestas Nativas; Cadeia Produtiva de Palmáceas, bem como nas atividades de pesquisa e extensão.</p>	

ITEM 09	IMAGEM ILUSTRATIVA
PAQUÍMETRO DIGITAL	
<p>Paquímetro digital, material: pontas metal duro, resolução: 0,01 mm, precisão: +/- 0,02 mm, aplicação: medição externa/interna profundidade e ressaltos, capacidade: 200 mm.</p> <p>Medição de árvores e mudas em campo ou em viveiro florestal. Será usado nas disciplinas de: Dendrometria; Inventário; Manejo de Nativa; Manejo de Plantada; Silvicultura, Sistemas agroflorestais; Silvicultura urbana e paisagismo; Recuperação de Ecossistemas degradados; Tecnologia da madeira; componentes químicos e anatômicos da madeira; Melhoramento Florestal.</p>	



ITEM 10	IMAGEM ILUSTRATIVA	
PERFURADOR DE SOLO		
<p>Perfurador solo, tipo estrutura: solo, tipo motor: 2 tempos, refrigerado a ar, monocilíndrico, potência: 2,5 hp, rotação nominal: 3400 rpm, capacidade tanque: 0,8 l, sistema de partida: manual, dimensões da broca: 110 x 280 mm, combustível: gasolina, com dispositivo quickstop - freio da broca.</p> <p>Equipamento utilizado para confeccionar buracos no solo com dimensões cilíndricas, pode ser utilizado com brocas de diversos diâmetros, o que permite uma ampla faixa de utilização. Indicado para abertura de covas para plantio de mudas em reflorestamentos, construção de cercas e na coleta de amostras de solo para fins de análise. Utilizado nas disciplinas de Mecanização Florestal; Silvicultura; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Fertilidade do solo; Estrutura de Madeira e Construções Rurais; Manejo Florestal; Manejo Florestal Comunitário; Manejo de Florestas Nativas; Cadeia Produtiva de Palmáceas, bem como no apoio às atividades de pesquisa e extensão.</p>		

ITEM 11	IMAGEM ILUSTRATIVA	
PULVERIZADOR COSTAL		



Pulverizador costal motorizado, peso:10,90 kg, capacidade tanque defensivo:14 l, capacidade tanque combustível:1,50 l, tipo combustível: gasolina, tipo bomba: centrífuga, volume ar:715 m³/h, aplicação: terreno irregular e plantas adensadas, características adicionais: costado almofadado/cinta regulável/amortecedor

Equipamento utilizado para distribuir produtos agroquímicos, fertilizantes ou nutrientes de uma forma geral em forma de partículas pequenas, ou seja, pulverizada. Equipamento utilizado para garantir que o produto seja distribuído em quantidade correta e nos locais desejados. Utilizado nas disciplinas de Mecanização Florestal; Silvicultura; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Fertilidade do solo; Nutrição Mineral de Plantas; Cadeia Produtiva de Palmáceas, bem como no apoio às atividades de pesquisa e extensão.

ITEM 12	IMAGEM ILUSTRATIVA
SUTA MECÂNICA	
<p>Paquímetro para medição de diâmetro de árvores de até 650 mm com empunhaduras de plástico de policarbonato reforçado com fibra de vidro ajustáveis e régua milimetrada em liga de alumínio. Uso nas disciplinas de biometria do curso de Engenharia Florestal para medições de diâmetro das árvores. Medidas essenciais para as práticas de disciplinas na área de mensuração florestal e manejo florestal: Dendrometria; Inventário; Manejo de Nativa; Manejo de Plantada; Silvicultura; Sistemas agroflorestais; Silvicultura urbana e paisagismo; Recuperação de Ecossistemas degradados.</p>	

ITEM 13	IMAGEM ILUSTRATIVA
TRADO HOLANDÊS	




Trado para amostragem de solo tipo Holandês, confeccionado com material especial inoxidável, garantindo alta durabilidade. Sua caçamba é de 50 mm de largura x 200 mm de altura, com haste intercambiável podendo ser colocado em sequência para atingir maiores profundidades. É um equipamento para coleta de solos que permitem a retirada das amostras na profundidade correta e das mesmas quantidades de terra de todos os pontos amostrados. É fundamental para atividades práticas e teóricas de todas as disciplinas da ciência do solo, como Pedologia, Fertilidade, Nutrição de plantas, disciplinas da grande área de Silvicultura, comum aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.

ITEM 14	IMAGEM ILUSTRATIVA
ESTAÇÃO DE METEOROLÓGICA	
<p>Estação de meteorológica / acessórios, estação de meteorologia / acessórios: estação de meteorologia /acessórios, nome estação de meteorologia /acessórios - estação, meteorologia, cabo, medição de pressão barométrica, temperatura, umidade, ponto orvalho, velocidade / direção vento, radiação solar, espectro uv. Datalogger para armazenamento dos dados e download via cabo usb, até 15 canais plug and play para os sensores, memória de 512kb, intervalo de aquisição dedado de 1 segundo até 18horas, incluso software para análise dos dados, com geração de gráfico automático, visualização de mínimo, máximo, média, desvio padrão de todas as variáveis, permite exportar para excel, atende a cfr 21 parte 11para proteção dos dados. sensor de pressão barométrica faixa de medição 660 a 1070 mbar, precisão +/- 3 mbar, resolução 0,1 mbar. Sensor de temperatura e umidade com cabo de 2 metros, faixa de medição: -40 a +75°C e 0-100%, precisão: +/- 0,21°C (0-50 °C) e +/- 2,5% (10- 90%),resolução: 0,02 °C e 0,1%.sensor de direção e velocidade do vento, faixa de medição: 0 a 76 m/s e 0 a355°, precisão +/- 1,1 m/s e +/-7°, resolução 0,5 m/s e 1°.sensor de radiação solar global, faixa de medição: 0a 1280 w/m², precisão +/- 10w/m², resolução 1,25 w/m².</p> <p>A Estação de meteorologia é um conjunto de instrumentos capazes de registrar a temperatura do ar, velocidade e direção do vento, umidade do ar, radiação solar, chuva, pressão atmosférica, comum aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal. Esse conjunto de instrumentos é fundamental para a disciplina de Meteorologia e Climatologia, do curso de Engenharia Florestal e necessário para o planejamento de atividades agrícolas e florestais que estão inseridas em outras áreas de conhecimento como Fisiologia Vegetal, Sementes e Produção de Mudas, Silvicultura, Manejo Florestal, Mecanização Florestal entre outras. Todas as atividades que envolve atividades de campo, plantio, manejo, colheita apresentam pendência das informações de clima e tempo. Dessa forma a Estação Meteorológica contempla os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.</p>	

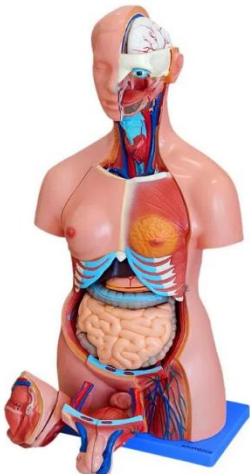


ITEM 15	IMAGEM ILUSTRATIVA
CHAPA AQUECEDORA	
<p>Aquecedor, tipo: chapa aquecedora, potência:1.500 w, aplicação: laboratório, características adicionais: plataforma alumínio 30x50 cm, temperatura 50 a 300°.</p> <p>A chapa aquecedora é um dos equipamentos mais importantes em um laboratório, usado para aquecer amostras sem presença de chama, é importante para o aquecimento uniforme de diferentes substâncias colocadas no equipamento. Imprescindível para o preparo de solução que precisa de aquecimento e por isso é necessário para o laboratório que envolve análises químicas. Diversas disciplinas têm suas práticas contempladas com a aquisição desses equipamentos como, todas as disciplinas da área da química, bioquímica, genéticas, solos e fisiologia vegetal, comum aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.</p>	

ITEM 16	IMAGEM ILUSTRATIVA
TRITURADOR FORRAGEIRO	
<p>Triturador, material corpo: aço inoxidável, tipo motor: elétrico monofásico, Potência:3 a 5 cv, voltagem motor:110/220 v, tipo: automático, peso: aproximadamente 30 kg, Características adicionais: estrutura em cantoneiras de ferro, rebolo cortante, capacidade Produção:1.000 a 1.500 kg/h.</p> <p>Equipamento importante para a realização do beneficiamento de sementes e para a transformação de resíduos em componentes de substratos para a produção de mudas. Este equipamento é empregado nas aulas práticas de Tecnologia e Produção de Sementes, Viveiros e Propagação de Espécies Florestais, Silvicultura Urbana, Silvicultura e Sistemas Agroflorestais.</p>	




ITEM 17	IMAGEM ILUSTRATIVA
<p>SONDA MULTIPARÂMETROS</p>	
<p>A Sonda Multiparâmetros é um instrumento permite a leitura simultânea de diversos parâmetros químicos e físicos presente na água, é usado para monitoramento da qualidade da água superficial e subterrânea. Nesse equipamento é possível fazer análise pH, condutividade, sólidos totais dissolvidos e esses parâmetros são avaliados em outros meios além do monitoramento da água. As disciplinas de químicas, Limnologia, Nutrição Mineral de Plantas, Poluição Ambiental, Fisiologia vegetal apresentam demandas desse equipamento para análises nas atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão. Essas disciplinas são comuns aos cursos de cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.</p>	

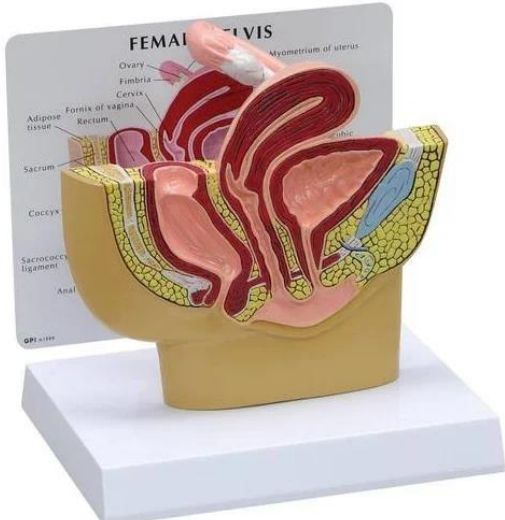
ITEM 18	IMAGEM ILUSTRATIVA
<p>MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS – TORSO BISSEXUAL</p>	



Modelo anatômico para fins didáticos, material: resina plástica emborrachada, finalidade: identificação dos órgãos do corpo humano, tipo: torso bissexual, aplicação: aulas práticas de ciências, características adicionais: com 32 partes, outros componentes: cabeça, olho, cérebro (8 peças), nervos vértebras.

Este modelo anatômico para fins didáticos é utilizado para observação e estudo dos órgãos do corpo humano. O modelo será utilizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso, considerando, por exemplo, as disciplinas de Morfofisiologia e Ensino de Ciências e Biologia, regência das atividades de Estágio no Ensino básico, projetos de ensino, de iniciação científica, ações de extensão como Feiras de Ciências na rede básica de ensino.

ITEM 19	IMAGEM ILUSTRATIVA
<p>MODELO ANATÔMICO-ESQUELETO HUMANO</p>	
<p>Modelo anatômico-esqueleto humano: modelo anatômico para fins didáticos, material: plástico, tamanho: 180 cm, finalidade: laboratórios didáticos, tipo: esqueleto humano, características adicionais: membros desmontáveis, outros componentes: articulado.</p> <p>Este modelo anatômico para fins didáticos é utilizado para observação e estudo do corpo humano, com elementos desmontáveis. O modelo será utilizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso, considerando, por exemplo, as disciplinas de Morfofisiologia e Ensino de Ciências e Biologia, regência das atividades de Estágio no Ensino básico, projetos de ensino e de iniciação científica.</p>	

ITEM 20	IMAGEM ILUSTRATIVA
<p>MODELO ANATÔMICO – PÉLVICO FEMININO</p>	
<p>Modelo anatômico para fins didáticos, material: plástico emborrachado, tamanho: 60x42x40 cm, finalidade: estudo da anatomia humana, tipo: modelo pélvico do aparelho reprodutor feminino, aplicação: para fins didáticos.</p> <p>Este modelo anatômico para fins didáticos é utilizado para observação das estruturas anatômicas que compõem o Sistema Reprodutor Feminino, localizados na região pélvica do corpo. O modelo será utilizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso, considerando, por exemplo, as disciplinas de Morfofisiologia e Ensino de Ciências e Biologia, regência das atividades de Estágio no Ensino básico, projetos de ensino e de iniciação científica.</p>	

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.4. Havendo divergência na descrição dos itens contidos no Termo de Referência e no PAINEL DE PREÇOS, os licitantes deverão considerar a descrição contida neste Termo de Referência do EDITAL.

1.5. Serão aceitas as propostas que tenham características iguais, similares ou de melhor qualidade as exigidas no EDITAL.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. A futura contratada deverá obedecer todos os critérios de sustentabilidade descritas abaixo:



5.1.1. Para os objetos previstos neste Termo de Referência deverão ser ofertados aqueles que representam melhor eficiência energética, com Selo Procel de economia de energia, caso exista classificação para a respectiva categoria.

5.1.2. O Todos os itens/bens/materiais/equipamentos deverão ser seguramente embalados com material reciclável (Lei nº 12.305/2010, artº 32).

5.1.3. As embalagens devem ser fabricadas com material que propiciem a reutilização ou reciclagem;

5.1.4. Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida instrução.

5.1.5. A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

5.1.6. No descarte das embalagens e/ou na montagem dos produtos constantes deste documento poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja um descarte de forma correta do resíduo produzido.

5.1.7. A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010, mediante apresentação de Declaração, no ato da assinatura do contrato.

5.1.8. Os bens devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.1.9. Ressalte-se que foram observadas as regras contidas no Decreto nº 7.746 de 2012, no que é cabível.

5.1.10. A presente contratação deverá observar os benefícios concedidos as microempresas e empresas de pequeno porte, em especial quanto ao realizar processo licitatório preferencialmente destinado as microempresas e empresas de pequeno porte ou com cotas específicas destinadas as mesmas.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, nos seguintes endereços da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará:

6.1.1. A entrega deverá ocorrer no **Instituto de Estudos do Xingu: Avenida Norte Sul, Lote nº 001, Quadra 015, Setor 015, Loteamento Cidade Nova, São Félix do Xingu-PA, CEP: 68380-000. Fone (94) 2101-1087.**

6.1.2. A contratada deverá comunicar, formalmente, à contratante com 72h de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega do material.

6.2. A carga e a descarga serão custeadas pela contratada, sem ônus de frete à Contratante.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



8.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA /INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Considerando que o prazo de entrega dos itens é inferior a 60 (sessenta) dias, não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.



15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) Multa:
 - (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da



responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por órgão público da Administração direta ou indireta ou empresa privada, que comprovem o fornecimento dos materiais objeto desta licitação.

16.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

16.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

16.6 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16. 6.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 86.856,04 (oitenta e seis mil reais e oitocentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Para as despesas decorrentes da presente contratação será considerado para o empenho o recurso disponível na estrutura orçamentária abaixo:

Gestão/Unidade: 154832

Fonte: 8188

PTRES: 205948

Natureza de Despesa: 449052

PI: MSS25G1560N



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO XINGU**



São Félix do Xingu – PA, 21 de junho de 2022.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. Informações básicas do ETP

1.1 Processo 23479.012678/2022-38

2. Descrição da necessidade da contratação

2.1 Manifesta a necessidade de aquisição de bens de natureza permanente para compor a infraestrutura do laboratório multiuso e laboratório de projetos interdisciplinares do Instituto de Estudos do Xingu, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará IEX/UNIFESSPA, visando atender a demanda de aulas práticas laboratoriais, atividades de pesquisa e extensão em conformidade com os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Engenharia Florestal.

3. Setores Requisitantes

Setor Requisitante	Coordenadoria Administrativa do Instituto de Estudos do Xingu (CAD/IEX)
UGR	Instituto de Estudos do Xingu (154832)
Responsável	Carlos Augusto Carneiro Costa

4. Descrição dos requisitos da contratação

4.1. Os itens devem ser entregues em perfeitas condições, conforme as especificações apresentadas no ANEXO 1 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS. Estas perfeitas condições incluem também o embalagem adequado para que acidentes ou danos não ocorram no transporte destes itens;

4.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho acompanhada de nota fiscal. Caso ocorra imprevistos e/ou atrasos na entrega, a CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE desde que justificado o motivo do descumprimentos dos prazos bem como o contratante deve autorizar/aceitar a nova prorrogação de prazos;

4.3. A entrega deverá ser feita no Instituto de estudos do Xingu, campus de São Félix do Xingu, localizado no Loteamento Cidade Nova, Lote nº 001, Quadra 015, Setor 015- Avenida Norte Sul, 68380-000, São Félix do Xingu-PA, de 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00, de segunda à sexta;

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando forem fornecidos em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA fazer a reposição dos itens/bens/materiais em caso de apresentação com defeitos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data em que a empresa foi comunicada, sem prejuízo da garantia de fabricação para efeito de reposição;

4.6. Deverão ser fornecidos apenas materiais novos, sendo vedados em qualquer circunstância, a utilização de produtos reciclados e/ou reutilizados;



4.7. Todos os itens deverão ser entregues acompanhados de manual (em português) de instruções elaborado pela fabricante, e com certificado de garantia de no mínimo 12 (doze) meses ou garantia dos fabricantes (o que for maior).

4.8. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE.

5. Levantamento de mercado

5.1 A pesquisa de mercado segue as determinações da Instrução Normativa n. 73/2020, emitida pelo Ministério da Economia, sendo utilizada como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação à média dos valores obtidos na pesquisa de preços. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados minuciosamente, para que suas médias não apresentassem grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

5.1.1 O critério empregado para o cálculo do valor de referência foi o cálculo da média/mediana, encontrando-se expostos no mapa de preços constante deste processo administrativo.

5.2 A contratação de fornecedores para os itens deste documento, mostra-se comum a diversas instituições públicas, como pode ser visto no quadro a seguir:

INSTITUIÇÃO	PREGÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ - UASG 156678	PE 10/2021
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE - UASG: 158139	PE 100/2021
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - UASG: 158121	PE 37/2021
INST.FED.DE EDUC.TEC BAHIA/CAMPUS EUNÁPOLIS - UASG: 158410	PE 02/2020
MJ/FUNAI-COORDENAÇÃO REGIONAL JOÃO PESSOA/PB - UASG: 194079	PE 05/2021
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UASG: 153037	PE 07/2021
INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL - UASG: 158317	PE 12/2021

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo visa à aquisição por meio de pregão eletrônico tradicional de material permanente (equipamentos) que irão atender as exigências mínimas para compor a infraestrutura do laboratório multiuso e laboratório de projetos interdisciplinares do Instituto de Estudos do Xingu, conforme Termo de Referência incluso no processo.

6.2. Ressalta - se que a CONTRATANTE tem orçamento líquido e certo para a natureza de despesa desta contratação.

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas

7.1 As estimativas de quantidades de itens tratadas neste documento, foram baseadas nas demandas específicas dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Engenharia Florestal. Essas demandas foram tratadas em seus respectivos NDEs, contemplando, principalmente, itens necessários, fundamentais, para as atividades de ensino, que não possuíam exemplares em nenhum laboratório do Instituto.

7.2 Além da ausência desse tipo de material nos laboratórios do Instituto, levou-se em consideração as demandas por áreas do conhecimento, priorizando materiais que fossem imprescindíveis para a prática de ensino de diversas áreas, de forma a otimizar o recurso e adquirir maior diversidade de material. A quantidade de cada item foi a mínima necessária para as práticas de ensino, analisando as demandas do Instituto, quanto ao número de cursos, docentes e discentes.



7.3 Abaixo segue o quantitativo de cada item deste estudo:

ITEM	DENOMINAÇÃO DO ITEM	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
1	BOMBA Á VÁCUO	60461	1	UNIDADE	2.817,30	2.817,30
2	CAPELA DE FLUXO LAMINAR	403759	1	UNIDADE	8.288,36	8.288,36
3	CLINÔMETRO	25577	3	UNIDADE	2.369,00	7.107,00
4	ESPECTROFOTÔMETRO	253722	1	UNIDADE	14.233,98	14.233,98
5	GPS ESPORTIVO PORTÁTI	462187	4	UNIDADE	2.030,00	8.120,00
6	MEDIDOR DE CASCA DE ÁRVORES	151048	1	UNIDADE	1.213,42	1.213,42
7	MOTOPODADOR	468666	1	UNIDADE	2.828,30	2.828,30
8	MOTOSERRA	468600	1	UNIDADE	2.365,95	2.365,95
9	PAQUÍMETRO DIGITAL	455991	4	UNIDADE	108,47	433,88
10	PERFURADOR DE SOLO	448269	1	UNIDADE	2.107,09	2.107,09
11	PULVERIZADOR COSTAL	263849	1	UNIDADE	1.632,96	1.632,96
12	SUTA MECÂNICA	150135	3	UNIDADE	1.603,10	4.809,30
13	TRADO HOLÂNDES	150246	2	UNIDADE	1.195,01	2.390,02
14	ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	150938	1	UNIDADE	6.959,58	6.959,58
15	CHAPA AQUECEDORA	440324	2	UNIDADE	1.558,15	3.116,30
16	TRITURADOR FORRAGEIO	271735	1	UNIDADE	2.069,12	2.069,12
17	SONDA MULTIPARÂMETRO	413573	2	UNIDADE	3.356,67	6.713,34
18	MODELO ANATÔMICO-TORSO BISSEXUAL	480845	2	UNIDADE	1.845,98	3.691,96
19	MODELO ANATÔMICO-ESQUELETO HUMANO	449571	2	UNIDADE	2.103,09	4.206,18
20	MODELO ANATÔMICO PÉLVICO FEMININO	472259	2	UNIDADE	876,00	1.752,00
VALOR TOTAL DESTA CONTRATAÇÃO						86.856,04

8. Estimativa do valor da contratação

8.1 O valor total da contratação está estimado em R\$ 86.856,04 (oitenta e seis mil reais e oitocentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos), conforme detalhado no anexo deste ETP.

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

9.1 A presente licitação para aquisição dos materiais objeto deste documento deverá ser realizada por item, de forma a aumentar a competitividade entre os possíveis fornecedores buscando alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. Sendo empregado o sistema de pregão eletrônico tradicional, não haverá o parcelamento da solução, pois:

9.2.1. A verba a ser alocada é destinada unicamente para este fim e não provém da previsão orçamentária da Unifesspa;

9.2.2. As quantidades dos itens previstos são as mínimas necessárias, portanto, não



é uma indicação de intenção de compra futuras, mas imediata e total;

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento

10.1 A aquisição dos bens está alinhada ao Planejamento Estratégico da Unifesspa, em conformidade com os objetivos:

10.1.1 “Ser excelente no ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva da cidadania, da promoção do desenvolvimento regional, da inclusão social, da diversidade e do respeito ao meio ambiente”;

10.1.2 “Promover e desenvolver a extensão, integrada ao ensino e à pesquisa, voltada para o desenvolvimento local e regional sustentável e equânime”;

10.1.3 “Expandir a oferta do ensino de graduação e pós graduação, com qualidade”

12. Resultados pretendidos

12.1 Essa aquisição subsidiará o desenvolvimento de práticas de ensino, o que resultará na melhor relação ensino-aprendizagem além de projetos de extensão, pesquisa e estágio curricular. Além disso, atenderá a todo o corpo de discentes e docentes do IEX. As atividades de pesquisa e extensão, desenvolvidas no IEX, são voltadas para atender a problemática local. Dessa forma, toda sociedade irá se beneficiar direta ou indiretamente com a infraestrutura do Instituto.

13. Providências a serem adotadas

13.1. Os itens a serem adquiridos foram planejados de acordo com a demanda de infraestrutura, espaço e capacidade dos laboratórios do IEX. Cada item será direcionado a um espaço apropriado para sua utilização. Além disso, a maior parte dos equipamentos não são de uso interno no laboratório, mas em atividade de campo, dessa forma, não serão necessárias adequações no local em que o material ficará acondicionado.

13.2 Para a fiscalização desta contratação, será constituída uma equipe de no mínimo dois servidores da unidade requisitante.

14. Possíveis impactos ambientais

14.1 No descarte das embalagens e/ou na montagem dos produtos constantes deste documento poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja um descarte de forma correta do resíduo produzido.

14.2 Quando os itens tiverem que ser descartados, muitos anos após a data de sua compra, a universidade tomará todas as providências necessárias para que o descarte aconteça de modo apropriado, de acordo com as medidas ambientais vigentes.

15. Declaração da viabilidade ou não da contratação

15.1 Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.



Em, 15 de junho de 2022


Responsáveis pela elaboração dos ETP	
Nome:	
Liliane Rocha Almeida Costa	
E-mail:	Setor / Unidade:
lilianerocha@unifesspa.edu.br	Coordenação Administrativa – CAD/IEIX
Nome:	
Kely Cristina Piedade Martins	
E-mail:	Setor / Unidade:
kelymartins@unifesspa.edu.br	Secretaria de apoio acadêmico e administrativo – SECAC/IEIX Cargo: Técnica de Laboratório
Nome:	
Ironil Quintiliano de Santana Júnior	
E-mail:	Setor / Unidade:
ironil_junior@unifesspa.edu.br	Departamento de administração de material – DEADM/IEIX

<ASSINADO ELETRONICAMENTE>
Equipe de Planejamento da Contratação



ANEXO 1 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

ITEM 01	IMAGEM ILUSTRATIVA
BOMBA Á VÁCUO	
<p>Bomba de Vácuo e Ar Comprimido 695mmhg 38lts/Min Ref 131 Tipo 2 V.C Bivolt. Deslocamento de ar: 1,3pés 3/min.=38lts/min.=2,03 m3/h. Vácuo final: 27,8 polegadas ou 695 mmhg (a nível do mar). Pressão de ar por polegadas: 15 libras contínuas - 20 libras momentâneas. Pressão Máxima: 20/25 PSI. Motor monofásico AC: 1/4 - 4 polo - 110/220 volts - 60 / Hz.(chave seletora). Utilização em processos de filtração. A bomba será utilizada em diversos procedimentos de filtração, de forma a separar a fase sólida (retida em filtros) da líquida. Algumas das análises em que é necessária uma bomba são: Sólidos Suspensos Totais e Clorofila. Será empregada em diversas disciplinas, especialmente em Monitoramento e Controle Ambiental, Ecologia, Química Geral, Química Orgânica, Bioquímica, Pedologia, dentre outras.</p>	

ITEM 02	IMAGEM ILUSTRATIVA
CAPELA FLUXO LAMINAR	



Capela fluxo laminar, material base: aço inoxidável. Equipamento para trabalhos Classe 100 conforme ABNT – NBR 13.700, ABNT – NBR 15.767, ISO CLASSE 5 conforme norma internacional ISO 14.644-1

Construída em MDF ULTRA ANTIBACTERICIDA revestida a área de trabalho toda em aço inox AISI 304 e lateral, tampo e fundo formato interno que facilita a limpeza de forma simples e eficaz. Vidro temperado frontal tipo “guilhotina” (up e down), permitindo parar em qualquer posição, com inclinação de 90° Caixa de filtragem construída em Aço Inox 304 evitando assim proliferação de fungos e bactérias. Classificação de filtragem Filtro HEPA -NBR-6401, H14 (99.995 % de eficiência – e retenção de partículas de 0,3 micron); Lâmpada UV para esterilização; Iluminação em led 15w; Tomada dupla de 220v – interna; Válvula para gás ou vácuo; Três interruptores individuais (motor, lâmpada UV, ILUMINAÇÃO DE LED) | Dispositivo de segurança que só permite o acionamento da lâmpada UV com vidro fechado.

Esse equipamento é utilizado dentro dos laboratórios para promover a recirculação de 100% do ar, criando áreas de trabalho estéreis para o manuseio de materiais biológicos que não podem sofrer contaminação do meio externo, garantindo a proteção das amostras manipuladas. Os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal utilizarão tanto em ensino quanto em pesquisa. As disciplinas Ecofisiologia Vegetal, Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Pedologia Química, Microbiologia, Fitopatologia, Nematologia, Entomologia, entre outras.

ITEM 03	IMAGEM ILUSTRATIVA
CLINÔMETRO	
<p>Instrumento eletrônico de medição de inclinações e alturas de aproximadamente 20x63x44 mm, peso aproximadamente 50 g, exibição LCE, retroiluminado. A partir de uma distância previamente medida manualmente e dois ângulos medidos pelo clinômetro, ele calcula e apresenta a altura do objeto diretamente no visor. Possui botões + e – em forma de flechas para informar a distância para o aparelho. O Clinômetro é um instrumento usado para medir o ângulo entre um plano inclinado e o plano horizontal ou entre uma linha inclinada e o plano horizontal. É usado para nas disciplinas de biometria do curso de Engenharia Florestal para medições de alturas e ângulos. Medidas essenciais para as práticas de disciplinas na área de mensuração florestal, Topografia e Ecologia: Dendrometria; Inventário; Manejo de Nativa; Manejo de Plantada; Silvicultura, Sistemas agroflorestais; Silvicultura urbana e paisagismo; Recuperação de Ecossistemas degradados; Ecologia de Florestas Tropicais</p>	




ITEM 04	IMAGEM ILUSTRATIVA
ESPECTROFOTÔMETRO	
<p>Espectrofotômetro, tipo: digital, tensão: 110/220 v, faixa medição: 320 a 1000 nm de comprimento de onda nm, banda de passagem: 10 nm, grade de difração: 1200 linhas/mm, aplicação: análise química, características adicionais: zero automático/fator colorimétrico.</p> <p>É um aparelho amplamente usado em laboratórios, cuja função principal é medir comparar a quantidade de luz (energia radiante) absorvida por uma determinada solução e dessa forma quantificar a concentração de determinadas substâncias orgânicas inorgânicas em solução. Pode usado para quantificação íons como fosfato, sulfato, nitrato, metais pesados, carotenoides, clorofila, corantes em solos, plantas, água. É indispensável para disciplinas de Pedologia, Fertilidade do Solo, Nutrição Mineral de Plantas, Química, Bioquímica, Fisiologia Vegetal, Ecofisiologia Vegetal Microbiologia, Biologia Molecular Fitopatologia Florestal contém conteúdo teóricos e práticos para utilização do equipamento, comum aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.</p>	


ITEM 05	IMAGEM ILUSTRATIVA
GPS ESPORTIVO PORTÁTIL	
<p>Receptor de GPS. Características adicionais: Altímetro, barômetro, conexão USB, bússola eletrônica, entrada para cartão micro SD, permite carregar mapas adicionais. Aplicação: equipamento de orientação, determina posição de forma precisa, identifica pressão barométrica. Dimensões aproximadas de 3,05x6,6x15,24 cm; peso aproximado 0,22 kg; tamanho da tela 2.6 polegadas. Alimentação por baterias AA. Uso para marcação de parcelas e matrizes; Mapeamento e Topografia nas disciplinas de Inventário Florestal; Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; Geotecnologias aplicadas ao Manejo Florestal; Silvicultura; Tecnologia e Produção de Sementes; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Recuperação de Ecossistemas Degradados; Ecologia de Florestas Tropicais; Pedologia, Fertilidade, Nutrição Mineral de plantas.</p>	




ITEM 06	IMAGEM ILUSTRATIVA
MEDIDOR DE CASCA DE ÁRVORES	
<p>Eixo com um ponto afiado para ser empurrado através da casca da árvore para mensuração de sua espessura. A luva em torno do eixo é deslocada à superfície e a espessura da amostra da casca pode ser lida do eixo calibrado. O calibre é de alumínio com um botão/punho plástico, e graduação em milímetro ou polegada. Determina espessuras entre 0-50 mm.</p> <p>Usado na medição da espessura de casca de árvore nas práticas das disciplinas de Dendrometria; Inventário; Manejo de Nativa; Manejo de Plantada e; Silvicultura.</p>	

ITEM 07	IMAGEM ILUSTRATIVA
MOTOPODADOR	
<p>Podador, sistema corte: sabre e corrente, tipo motor: à combustão interna, potência motor:1,3 cv, cilindrada motor:36,3 cc, tipo combustível: gasolina, eixo destacável, aplicação: árvores.</p> <p>Equipamento utilizado para podar galhos, realizar desramas em árvores e colher produtos florestais. Utilizado nas disciplinas de Mecanização Florestal; Colheita e Transporte Florestal; Tecnologia da Madeira; Silvicultura; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Estrutura de Madeira e Construções Rurais; Manejo e Quantificação de Produtos Florestais Não Madeireiros; Manejo Florestal; Manejo Florestal Comunitário; Manejo de Florestas Nativas; Cadeia Produtiva de Palmáceas, bem como nas atividades de pesquisa e extensão.</p>	




ITEM 08	IMAGEM ILUSTRATIVA
MOTOSERRA	
<p>Motoserra industrial, potência: 3,5 hp, combustível motor: gasolina, capacidade tanque combustível: 0,460 l, cilindrada motor: 50.2 cc</p> <p>Serra portátil que funciona acionada por um motor a combustão interna, sabre e corrente. Utilizado para a poda ou corte de árvores, e também no processamento de madeiras em geral. Utilizado nas disciplinas de Mecanização Florestal; Colheita e Transporte Florestal; Tecnologia da Madeira; Silvicultura; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Estrutura de Madeira e Construções Rurais; Manejo Florestal; Manejo Florestal Comunitário; Manejo de Florestas Nativas; Cadeia Produtiva de Palmáceas, bem como nas atividades de pesquisa e extensão.</p>	

ITEM 09	IMAGEM ILUSTRATIVA
PAQUÍMETRO DIGITAL	
<p>Paquímetro digital, material: pontas metal duro, resolução: 0,01 mm, precisão: +/- 0,02 mm, aplicação: medição externa/interna profundidade e ressalto, capacidade: 200 mm.</p> <p>Medição de árvores e mudas em campo ou em viveiro florestal. Será usado nas disciplinas de: Dendrometria; Inventário; Manejo de Nativa; Manejo de Plantada; Silvicultura, Sistemas agroflorestais; Silvicultura urbana e paisagismo; Recuperação de Ecossistemas degradados; Tecnologia da madeira; componentes químicos e anatômicos da madeira; Melhoramento Florestal.</p>	



ITEM 10	IMAGEM ILUSTRATIVA
PERFURADOR DE SOLO	
<p>Perfurador solo, tipo estrutura: solo, tipo motor: 2 tempos, refrigerado a ar, monocilíndrico, potência: 2,5 hp, rotação nominal: 3400 rpm, capacidade tanque: 0,8 l, sistema de partida: manual, dimensões da broca: 110 x 280 mm, combustível: gasolina, com dispositivo quickstop - freio da broca.</p> <p>Equipamento utilizado para confeccionar buracos no solo com dimensões cilíndricas, pode ser utilizado com brocas de diversos diâmetros, o que permite uma ampla faixa de utilização. Indicado para abertura de covas para plantio de mudas em reflorestamentos, construção de cercas e na coleta de amostras de solo para fins de análise. Utilizado nas disciplinas de Mecanização Florestal; Silvicultura; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Fertilidade do solo; Estrutura de Madeira e Construções Rurais; Manejo Florestal; Manejo Florestal Comunitário; Manejo de Florestas Nativas; Cadeia Produtiva de Palmáceas, bem como no apoio às atividades de pesquisa e extensão.</p>	

ITEM 11	IMAGEM ILUSTRATIVA
PULVERIZADOR COSTAL	



Pulverizador costal motorizado, peso:10,90 kg, capacidade tanque defensivo:14 l, capacidade tanque combustível:1,50 l, tipo combustível: gasolina, tipo bomba: centrífuga, volume ar:715 m³/h, aplicação: terreno irregular e plantas adensadas, características adicionais: costado almofadado/cinta regulável/amortecedor

Equipamento utilizado para distribuir produtos agroquímicos, fertilizantes ou nutrientes de uma forma geral em forma de partículas pequenas, ou seja, pulverizada. Equipamento utilizado para garantir que o produto seja distribuído em quantidade correta e nos locais desejados. Utilizado nas disciplinas de Mecanização Florestal; Silvicultura; Sistemas Agroflorestais; Silvicultura Urbana e Paisagismo; Fertilidade do solo; Nutrição Mineral de Plantas; Cadeia Produtiva de Palmáceas, bem como no apoio às atividades de pesquisa e extensão.

ITEM 12	IMAGEM ILUSTRATIVA
SUTA MECÂNICA	
<p>Paquímetro para medição de diâmetro de árvores de até 650 mm com empunhaduras de plástico de policarbonato reforçado com fibra de vidro ajustáveis e régua milimetrada em liga de alumínio. Uso nas disciplinas de biometria do curso de Engenharia Florestal para medições de diâmetro das árvores. Medidas essenciais para as práticas de disciplinas na área de mensuração florestal e manejo florestal: Dendrometria; Inventário; Manejo de Nativa; Manejo de Plantada; Silvicultura; Sistemas agroflorestais; Silvicultura urbana e paisagismo; Recuperação de Ecossistemas degradados.</p>	

ITEM 13	IMAGEM ILUSTRATIVA
TRADO HOLANDÊS	



Trado para amostragem de solo tipo Holandês, confeccionado com material especial inoxidável, garantindo alta durabilidade. Sua caçamba é de 50 mm de largura x 200 mm de altura, com haste intercambiável podendo ser colocado em sequência para atingir maiores profundidades. É um equipamento para coleta de solos que permitem a retirada das amostras na profundidade correta e das mesmas quantidades de terra de todos os pontos amostrados. É fundamental para atividades práticas e teóricas de todas as disciplinas da ciência do solo, como Pedologia, Fertilidade, Nutrição de plantas, disciplinas da grande área de Silvicultura, comum aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.

ITEM 14

IMAGEM ILUSTRATIVA

ESTAÇÃO DE
METEOROLÓGICA




Estação de meteorológica / acessórios, estação de meteorologia / acessórios: estação de meteorologia / acessórios, nome estação de meteorologia / acessórios - estação, meteorologia, cabo, medição de pressão barométrica, temperatura, umidade, ponto orvalho, velocidade / direção vento, radiação solar, espectro uv. Datalogger para armazenamento dos dados e download via cabo usb, até 15 canais plug and play para os sensores, memória de 512kb, intervalo de aquisição dedado de 1 segundo até 18 horas, incluso software para análise dos dados, com geração de gráfico automático, visualização de mínimo, máximo, média, desvio padrão de todas as variáveis, permite exportar para excel, atende a cfr 21 parte 11 para proteção dos dados. sensor de pressão barométrica faixa de medição 660 a 1070 mbar, precisão +/- 3 mbar, resolução 0,1 mbar. Sensor de temperatura e umidade com cabo de 2 metros, faixa de medição: -40 a +75°C e 0-100%, precisão: +/- 0,21°C (0-50 °C) e +/- 2,5% (10- 90%), resolução: 0,02 °C e 0,1%. sensor de direção e velocidade do vento, faixa de medição: 0 a 76 m/s e 0 a 355°, precisão +/- 1,1 m/s e +/- 7°, resolução 0,5 m/s e 1°. sensor de radiação solar global, faixa de medição: 0 a 1280 w/m², precisão +/- 10 w/m², resolução 1,25 w/m².

A Estação de meteorologia é um conjunto de instrumentos capazes de registrar a temperatura do ar, velocidade e direção do vento, umidade do ar, radiação solar, chuva, pressão atmosférica, comum aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal. Esse conjunto de instrumentos é fundamental para a disciplina de Meteorologia e Climatologia, do curso de Engenharia Florestal e necessário para o planejamento de atividades agrícolas e florestais que estão inseridas em outras áreas de conhecimento como Fisiologia Vegetal, Sementes e Produção de Mudas, Silvicultura, Manejo Florestal, Mecanização Florestal entre outras. Todas as atividades que envolve atividades de campo, plantio, manejo, colheita apresentam pendência das informações de clima e tempo. Dessa forma a Estação Meteorológica contempla os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.

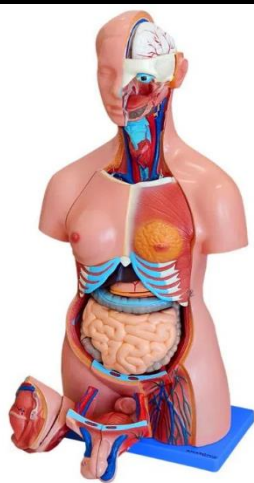


ITEM 15	IMAGEM ILUSTRATIVA
CHAPA AQUECEDORA	
<p>Aquecedor, tipo: chapa aquecedora, potência:1.500 w, aplicação: laboratório, características adicionais: plataforma alumínio 30x50 cm, temperatura 50 a 300°.</p> <p>A chapa aquecedora é um dos equipamentos mais importantes em um laboratório, usado para aquecer amostras sem presença de chama, é importante para o aquecimento uniforme de diferentes substâncias colocadas no equipamento. Imprescindível para o preparo de solução que precisa de aquecimento e por isso é necessário para o laboratório que envolve análises químicas. Diversas disciplinas têm suas práticas contempladas com a aquisição desses equipamentos como, todas as disciplinas da área da química, bioquímica, genéticas, solos e fisiologia vegetal, comum aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.</p>	


ITEM 16	IMAGEM ILUSTRATIVA
TRITURADOR FORRAGEIRO	
<p>Triturador, material corpo: aço inoxidável, tipo motor: elétrico monofásico, Potência:3 a 5 cv, voltagem motor:110/220 v, tipo: automático, peso: aproximadamente 30 kg, Características adicionais: estrutura em cantoneiras de ferro, rebolo cortante, capacidade Produção:1.000 a 1.500 kg/h.</p> <p>Equipamento importante para a realização do beneficiamento de sementes e para a transformação de resíduos em componentes de substratos para a produção de mudas. Este equipamento é empregado nas aulas práticas de Tecnologia e Produção de Sementes, Viveiros e Propagação de Espécies Florestais, Silvicultura Urbana, Silvicultura e Sistemas Agroflorestais.</p>	

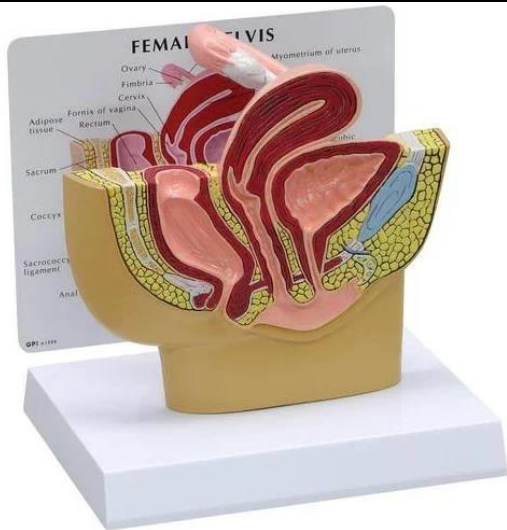


ITEM 17	IMAGEM ILUSTRATIVA
SONDA MULTIPARÂMETROS	
<p>A Sonda Multiparâmetros é um instrumento que permite a leitura simultânea de diversos parâmetros químicos e físicos presente na água, é usado para monitoramento da qualidade da água superficial e subterrânea. Nesse equipamento é possível fazer análise pH, condutividade, sólidos totais dissolvidos e esses parâmetros são avaliados em outros meios além do monitoramento da água. As disciplinas de químicas, Limnologia, Nutrição Mineral de Plantas, Poluição Ambiental, Fisiologia vegetal apresentam demandas desse equipamento para análises nas atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão. Essas disciplinas são comuns aos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.</p>	

ITEM 18	IMAGEM ILUSTRATIVA
MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS – TORSO BISSEXUAL	
<p>Modelo anatômico para fins didáticos, material: resina plástica emborrachada, finalidade: identificação dos órgãos do corpo humano, tipo: torso bissexual, aplicação: aulas práticas de ciências, características adicionais: com 32 partes, outros componentes: cabeça, olho, cérebro (8 peças), nervos vértebras.</p> <p>Este modelo anatômico para fins didáticos é utilizado para observação e estudo dos órgãos do corpo humano. O modelo será utilizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso, considerando, por exemplo, as disciplinas de Morfofisiologia e Ensino de Ciências e Biologia, regência das atividades de Estágio no Ensino básico, projetos de ensino, de iniciação científica, ações de extensão como Feiras de Ciências na rede básica de ensino.</p>	



ITEM 19	IMAGEM ILUSTRATIVA
MODELO ANATÔMICO-ESQUELETO HUMANO	
<p>Modelo anatômico-esqueleto humano: modelo anatômico para fins didáticos, material: plástico, tamanho: 180 cm, finalidade: laboratórios didáticos, tipo: esqueleto humano, características adicionais: membros desmontáveis, outros componentes: articulado.</p> <p>Este modelo anatômico para fins didáticos é utilizado para observação e estudo do corpo humano, com elementos desmontáveis. O modelo será utilizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso, considerando, por exemplo, as disciplinas de Morfofisiologia e Ensino de Ciências e Biologia, regência das atividades de Estágio no Ensino básico, projetos de ensino e de iniciação científica.</p>	

ITEM 20	IMAGEM ILUSTRATIVA
MODELO ANATÔMICO – PÉLVICO FEMININO	
<p>Modelo anatômico para fins didáticos, material: plástico emborrachado, tamanho: 60x42x40 cm, finalidade: estudo da anatomia humana, tipo: modelo pélvico do aparelho reprodutor feminino, aplicação: para fins didáticos.</p> <p>Este modelo anatômico para fins didáticos é utilizado para observação das estruturas anatômicas que compõem o Sistema Reprodutor Feminino, localizados na região pélvica do corpo. O modelo será utilizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso, considerando, por exemplo, as disciplinas de Morfofisiologia e Ensino de Ciências e Biologia, regência das atividades de Estágio no Ensino básico, projetos de ensino e de iniciação científica.</p>	



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO XINGU**



VERSÃO 1.2022



MINUTA – CONTRATO DE COMPRAS

CONTRATO Nº XX/2022
PROCESSO 23479.012678/2022-38
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2022

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE
DO PARÁ — UNIFESSPA E A EMPRESA
.....

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ — UNIFESSPA**, entidade autárquica, criada pela Lei Federal nº 12.824, de 5 de junho de 2013, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.657.063/0001-80, com sede na Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n, bairro Nova Marabá, Marabá, PA, neste ato representado pelo seu reitor, **FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA**, nomeado pelo Decreto de 15 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2020, Seção 2 – Edição Extra, página 1, portador do CPF nº 376.392.262-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, **do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., **por Sistema de Registro de Preços nº/20...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Nota Explicativa: incorporar os trechos em vermelho caso se trate de contrato decorrente de Registro de Preços.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Descrição/ Especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor
1				
2				
3				
...				

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Nota Explicativa: Deve-se observar que a vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011. Atente-se, ainda, que os prazos utilizados no contrato deverão estar em harmonia com aqueles estipulados no Edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20..., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

OU

Nota Explicativa: Utilizar o subitem acima se não houver previsão de prestação de garantia no Termo de Referência. Se houver previsão de garantia, utilizar o subitem abaixo.

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

Nota Explicativa: Pode ser exigida a comprovação da prestação da garantia após a assinatura do Termo de Contrato ou como condição para assinatura deste.



8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e



prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Nota explicativa: Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja..

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

<ASSINATURA VIA CERTIFICADO DIGITAL>

Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Costa
Reitor da Unifesspa
P/ CONTRATANTE

P/ CONTRATADA

**ANEXO III - MODELO DE
PROPOSTA**

TIMBRE

À

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Pregão Eletrônico: XX/2022 – Pregoeiro XXXXXX

Processo: 23479.012678/2022-38

Razão social da empresa:

CNPJ: _____

Endereço:

Telefone: (____) _____ - _____ **[Ramal: _____] | Fax:** (____) _____ - _____ **Celular:** (____) _____

E-mail: _____

Banco: _____; **Agência:** _____; **C/C:** _____

Representante da empresa:

Nome:

Telefone: (____) _____ - _____; **E-mail:** _____

PLANILHA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
X1					
X2					
Total					

VALIDADE DA PROPOSTA	60 dias
DECLARAMOS QUE NOS NOSSOS PREÇOS COTADOS ESTÃO INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS, FRETE, TRIBUTOS, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS, TRANSPORTE E SEGURO ATÉ O DESTINO, LUCRO E DEMAIS ENCARGOS DE QUALQUER NATUREZA NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, NADA MAIS SENDO VÁLIDO PLEITEAR A ESSE TÍTULO.	

Assinatura

OBS: NÃO SERÁ ACEITA A DESCRIÇÃO “CONFORME O EDITAL”.

ANEXO IV – AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Marabá, ___ de ___ de 20__.

Processo nº 23479. 012678/2022-38

Ref: Pregão: xx/2022

Assunto: Aquisição de _____

À firma: _____

Prezado (a) Senhor (a),

Em decorrência do Processo Licitatório 23479.012630/2020-20, Modalidade Pregão Eletrônico N° XX/2022 **Registro de Preço para aquisição de material permanente para os cursos do Instituto de Engenharia do Araguaia visando atender demanda dos cursos de Licenciatura em Matemática, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo e para adquirir equipamentos de sonoplastia e mobiliário para o prédio multiuso do Instituto de Estudo do Xingu**, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº., e, na forma do art. 62, da Lei n. 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.Sa., a entrega do(s) material(ais) deverá ser efetuada no prazo de até **XX (XXXXXXX) dias**, a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho.

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da entrega do(s) material(s), bem como, consulta "on line", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.Sa., informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na entrega de qualquer dos itens de fornecimento, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de XX% (XXXX por cento) a dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Autorização de Fornecimento, calculada sobre o valor do material não fornecido, até o limite de XX (XXXXX) dias, a ser recolhida no prazo de XX (XXXXX) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese da multa atingir o percentual de XX% (XXX por cento) sobre o valor do fornecimento, a UNIFESSPA poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.Sa., que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do **Pregão Eletrônico nº XX/20XX** implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei n. 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei n. 8.666/93 e suas alterações, devendo V.Sa. a por o "**De acordo**", na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no **(94) 2101-xxxx e 2101-xxxx** ou ainda por e-mail no endereço xxxxxxxxxx@unifesspa.edu.br

Atenciosamente,

Ordenador de Despesa

De acordo

Em:/...../.....

Representante legal da Empresa